

SÃO LUÍZ PARA TODOS? O CADEIRANTE NAS MÚLTIPLAS CIDADES DA CAPITAL MARANHENSE: O CENTRO HISTÓRICO

São Luís city for all? The wheelchair user in the multiple cities of the Maranhão's capital: the historical center

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha¹
Raul Borges Guimarães²

Recebido em: outubro de 2017

Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O presente trabalho analisa os múltiplos espaços na configuração urbana da capital maranhense tomando como aporte o ponto de vista do cadeirante, e como este têm se apropriado desses espaços, no caso específico, a área do Centro Histórico da capital maranhense. De forma específica, faz-se uma análise a respeito da cidade de São Luís do ponto de vista da pessoa com deficiência física. Para a realização da análise utiliza-se as categorias acessibilidade e mobilidade e a importância da implementação de políticas que atendem para essa demanda e, nesse sentido, voltadas para as categorias em referência, no ambiente urbano da capital maranhense. Com base na pesquisa qualitativa, as informações de depoimentos orais foram obtidos baseado em um roteiro semiestruturado, sendo gravadas as entrevistas e posteriormente transcritas. Das narrativas, temas como cidade, deficiência física e discriminação estiveram presentes. Partindo dessas premissas trabalhamos na assertiva de que a efetivação de políticas públicas favorece a equidade e a qualidade de vida da população, de uma forma inclusiva. Essa possibilidade estende-se, portanto, a minorias como a dos cadeirantes. Ressaltamos a noção clara do direito à cidade, mesmo compreendendo dificuldades na implementação de tais políticas.

Palavra-chave: Pessoa com deficiência física; Cadeirante; São Luís.

Abstract

This paper analyzes the various handicap spaces in the urban setting of Maranhão's capital, providing input from the viewpoint of the wheelchair user concerning how they have utilized these spaces, in the specific case, the area of the historic center. Specifically, an analysis is made about the city of São Luís from the standpoint of a person with physical disabilities. To accomplish this, the analysis deals with the terms accessibility and mobility and the importance of implementing policies that meet those demands and focuses, accordingly, upon the terms under discussion in the urban setting of Maranhão's capital. Based on qualitative research, information from the oral testimonies of wheelchair users was obtained using semi-structured interviews that were recorded and later transcribed. Themes such as city, disability, and discrimination arose from those accounts. With those matters as a starting point, this work defends putting public policies into place that are inclusive and conducive to fairness and quality of life. Consequently, these should extend to minorities such as wheelchair users as well. We emphasize a clear sense of citizen rights, while at the same time understanding the difficulties in the implementation of such policies.

Keywords: People with physical handicaps; Wheelchair users; Sao Luis city.

INTRODUÇÃO

A cidade nasce da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre os vários sujeitos que permeiam esse espaço. Sendo assim ela é por natureza um espaço público que se manifesta como um grande palco onde são desenvolvidas atividades contínuas e diárias dos cidadãos, através de um conjunto heterogêneo de objetos, formas, funções, usos, movimentos e movimentações.

Para Loboda (2008, p. 168), a forma urbana é permeada por práticas sócioespaciais cotidianas. Isso se dá num conjunto de interações marcadas pelas contradições e conflitos. Essa perspectiva envolve a simultaneidade, os acontecimentos, as percepções, a articulação, a fragmentação e ainda a diferenciação que orienta o processo de estruturação da cidade atual, dentre esses aspectos citados, destacamos a pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, a partir de um novo olhar para a cidade, foi possível identificar a necessidade de incluir o cidadão que apresenta dificuldade de locomoção em nossa investigação, no caso específico o cadeirante, nas discussões da chamada cidade acessível. O olhar para o usuário cadeirante³, portanto, se deu em função da preocupação com a acessibilidade deste indivíduo na cidade. Compreendemos que se para o cidadão que não apresenta deficiência física de locomoção os deslocamentos urbanos são problemáticos, para o cadeirante há um maior número de dificuldades.

Nesse entendimento, é possível constatar que a cidade de São Luís é multifacetada, arranjada e (re) arranjada continuamente. Portanto, a dificuldade do cadeirante em transitar pela cidade reside nos vários elementos que a compõem, nos seus percursos, no seu mobiliário e nos sujeitos que fazem parte do espaço urbano da capital maranhense. Na multiplicidade de espaços identificados em São Luís, escolhemos para a nossa análise a área do Centro Histórico, núcleo inicial da cidade.

Compreendemos que além das barreiras físicas, a opção por estudar a condição das pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas, se deu por entender que elas estão sujeitas a vários estigmas. Entende-se como estigma, para a pesquisa aqui representada, a construção social ampla, em que a diferença é avaliada negativamente, definindo uma pessoa por um único ou por alguns atributos entre vários disponíveis (RESENDE, 2004). Dessa forma, o presente trabalho discute a relação do cadeirante em São Luís, ligada aos diferentes espaços urbanos na cidade e a homogeneização desses lugares do ponto de vista da nossa entrevistada.

Para isto, construímos o estudo com base no trinômio espaço (cidade) – mobilidade/acessibilidade (cadeirante). Optamos por abordar estes elementos porque são de extrema importância para compreendermos São Luís do enfoque abordado.

Dessa maneira no próximo item apresentamos os caminhos por nós percorridos para os resultados obtidos na pesquisa.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para a efetivação dos resultados da pesquisa, alguns elementos foram necessários. Inicialmente fizemos pesquisa da literatura necessária à sistematização do material bibliográfico que deu ênfase ao tema proposto. Da mesma forma, o embasamento teórico e a leitura em Santos (2007), Lefebvre (2001), Carlos (2007), Vasconcellos (2001), Sasaki (2006) entre outros, forneceram embasamento para um melhor entendimento e discussão do tema relacionado. Após essas leituras, foi necessário aproximar da teoria a prática a fim de verificar, por meio de análise e estudo da capital maranhense, autores que estudam São Luís como Ferreira (2000), Burnett (2008), Santana (2003), e Diniz (2007).

Por meio da pesquisa qualitativa, com fontes orais, buscamos compreender a história de vida do cadeirante que vive na cidade de São Luís. Baseado em Born (2001), destacamos que a história de vida e o depoimento oral se inserem no quadro mais amplo da história oral como instrumento da análise do real.

Da mesma forma, apoiando-se em Gaulejac (2005) quando afirma que,

O objetivo de trabalhar com a história de vida é ter acesso a uma realidade que ultrapasse o narrador, contada da maneira que é própria do sujeito. Dessa forma pudemos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais do sujeito da pesquisa. (GAULEJAC, 2005, p.12).

Em vista destas referências, trabalhamos com cadeirante residente na cidade de São Luís⁴ na cidade do Centro Histórico (núcleo inicial da cidade). O objetivo das entrevistas era entender como o cadeirante comporta-se e apropria-se deste espaço da cidade.

Na coleta de dados com o sujeito cadeirante, foi utilizado roteiros de entrevistas semiestruturada. Segundo Minayo (2004), a entrevista **semiestruturada** é uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado. Pressupõe que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência, prestar informações fidedignas,

manifestar em seus atos o significado que tem no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto à historicidade dos atos, concepções e ideias.

O roteiro utilizado serviu como norteador dos encontros. Foi também elaborado um pequeno diário de campo para descrever com maior precisão informações que apareciam ao longo das entrevistas e coletar informações detalhadas sobre o local de residência do entrevistado, percursos da rua, transporte público. É válido destacar que foi estruturado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o cadeirante que participou da pesquisa, com o objetivo de que autorizasse a divulgação das informações que forneceram. Por questões éticas, previstas nesse Termo, o nome da pessoa foi mantido no anonimato. Assim utilizamos apenas o local de moradia.

A fase de realização das entrevistas foi de extrema importância. Elas tiveram início no mês de março de 2010 e estenderam-se até julho de 2011. O período que compreendeu as entrevistas foi marcado por mais de um encontro com a entrevistada.

A documentação fotográfica também foi elemento utilizado para a caracterização do meio físico, dos aspectos paisagísticos naturais e da influência de barreiras físicas em pontos estratégicos das vias públicas, das paradas de ônibus e equipamentos urbanos na capital maranhense. Ela possibilitou o registro dos dados referentes ao grupo estudado. Utilizamos esse instrumento por concordar com Ferrara (2000, p.118) quando diz que “a imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado que se constrói numa síntese de contornos claros”. A autora afirma que a imagem é um código urbano e impõe uma leitura e fruição que estão claramente inscritos na cidade enquanto espaço construído.

A partir da sistematização das leituras realizadas, das falas do sujeito e das fotografias selecionadas foi possível promover uma organização do perfil do participante da pesquisa, fornecendo dados resumidos como profissão, escolaridade, sexo, idade, renda familiar, tipo de lesão acometida, local de moradia e tipo de transporte utilizado para os deslocamentos mais distantes, bem como também outros tipos de atividades por ela desenvolvida (Quadro 1).

AS MÚLTIPLAS CIDADES VIVIDA PELA CADEIRANTE DE SÃO LUÍS

Em quase quatrocentos anos de história, a capital maranhense passou a ser bipartida, múltipla, caracterizada pela justaposição de várias e diferentes cidades. É por isto que a cidade de São Luís reflete de forma emblemática o que Corrêa (2010) denomina de espaço urbano fragmentado. Assim com o ordenamento espacial da cidade ao longo de vários anos, múltiplos espaços foram formados. São Luís apresenta estruturas diferenciadas no seu território, decorrentes de inúmeros

fatores e que impulsionaram a atual configuração urbana. Trata-se de um espaço urbano fragmentado, uma vez que:

O arranjo espacial da fragmentação pode variar, mas ela é inevitável. Essa fragmentação é decorrente da ação de diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sócias excluídos. A ação desses agentes, que obedece a uma lógica que é simultaneamente própria e geral produz os diferentes fragmentos que compõem o mosaico urbano. (CORRÊA, 2010, p. 145-146).

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos da pesquisa

| PERFIL DO SUJEITO DA PESQUISA | |
|---|---|
| PERFIL | CADEIRANTE |
| SEXO | Feminino |
| IDADE (anos) | 45 |
| ESCOLARIDADE | Superior Incompleto (Pedagogia) |
| ESTADO CIVIL | Solteira |
| PROFISSÃO | Funcionária Pública |
| RENDA | 1 a 3 salários mínimos |
| LOCAL DE RESIDÊNCIA | Desterro |
| ÁREA DE RESIDÊNCIA | Centro Histórico |
| OUTRAS ATIVIDADES | Militante em defesa da pessoa com deficiência |
| LESÃO | Fibrodisplasia Ossificante Progressiva |
| FASE DE AQUISIÇÃO DA DEFICIÊNCIA FÍSICA | Adquirida na adolescência |
| MEIO DE DESLOCAMENTO | Transporte Coletivo/Cadeira de rodas |

Org: CUNHA, W. A. P., 2011.

Na discussão da atual morfologia da cidade de São Luís, na produção, e ordenação do seu território, concordamos com Corrêa (2010) quando reitera que as cidades são construídas na forma de um grande mosaico, tornando-a extremamente segregada e fragmentada. Nessa perspectiva, o autor estabelece a diferenciação entre o processo de segregação e fragmentação quando diz que:

O processo de segregação refere-se especialmente à questão residencial, relacionando-a muito mais, portanto à reprodução da força de trabalho. A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização

espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas. Estas áreas segregadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional (...)instrução, etnia, fase do ciclo de vida, (...)podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, por bairros de classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas. (CORRÊA, 2010, p. 131).

Em São Luís, também identificamos novas formas de expansão territorial da cidade e as contradições existentes no seu território. É o que analisou Santana (2007), quando descreveu a capital maranhense como um lugar de expressões, formas de vida produtiva, diferenciada, além de um conjunto de elementos e sujeitos que vivenciam cotidianamente a pressão do mercado imobiliário em direção a centros expandidos e a ampliação dos modos de segregação de moradia, atrelados a inexistência de políticas públicas. Em quais destes múltiplos contextos está inserida o sujeito da nossa pesquisa? No intuito de situar o leitor no universo da nossa entrevistada, apresentaremos esses espaços.

Iniciamos com o Centro Histórico ou antigo (Foto 1), onde é possível identificar nessa área, especificamente no bairro da Praia Grande, uma concentração de atividades, dentre as quais à comercialização de produtos para turistas que atrai um número expressivo de pessoas vindas das mais diferentes regiões do Brasil e de outros países, atraídos pelos sabores dos sucos regionais, pratos típicos e o artesanato produzido por artesãos locais que retratam através de pinturas em azulejos um pouco da história da capital maranhense.

Especialmente nessa área, na Praia Grande, existe um grande número de edifícios históricos de propriedade estatal e passeios públicos que foram restaurados, tendo em vista responderem às atuais funções exigidas e definidas para este singular território: moradia, comércio, serviços e lazer, tudo junto funcionando a partir de investimentos públicos e privados (SANTANA, 2003).

Já nos conjuntos habitacionais, é possível perceber que as condições socioeconômicas variam. Visto que elas estão diretamente relacionadas ao bairro em que eles se localizam. Como exemplo podemos citar bairros como o Vinhais, Maranhão Novo, Angelim (Foto 2), Cohama e Bequimão, áreas intermediárias formadas a partir dos conjuntos habitacionais construídos com recursos do SFH-BHH-COHAB, entre as décadas de sessenta e oitenta cujo entorno ou espaço tem sido nas últimas décadas alvo de fortes investimentos imobiliários, lastreados pela valorização

fundiária dessa região na cidade, mediante a construção de casas e prédios de apartamentos de médio padrão (SANTANA, 2003).

Figura 1 - Rua Portugal, Centro Histórico de São Luis



Fonte: CUNHA, H. W. A. P, 2010.

Figura 2 - Conjunto Habitacional Bairro Angelim em São Luis - MA



Fonte: CUNHA, H. W. A. P, 2010.

Um conjunto amplo de investimentos em infraestrutura urbana (melhoria nas condições da malha viária, por exemplo) e em pequenos negócios se apresenta como uma das características marcantes dessas áreas espaciais, inicialmente, tipicamente residenciais (Ib. id). Fazendo uma relação direta com os conjuntos habitacionais em São Luís, Santos (2008) afirma que a construção de um conjunto residencial e a consecutiva dotação de infraestrutura valorizam os terrenos no seu entorno, estimulando os proprietários a uma espera especulativa.

A especulação imobiliária considera na cidade umas áreas mais nobres do que outras. Essa valorização se dá de acordo com os equipamentos e serviços do lugar. Na cidade do centro expandido, os espaços físicos detêm uma infraestrutura de bairros de classe média alta. Para Porto (2010), essa área urbana foi constituída em décadas recentes e tem um valor imobiliário que atrai a classe mais privilegiada economicamente, é uma cidade que vive também formas de exclusão urbana nos condomínios de luxo. Souza (2005) destaca que é importante perceber que a permanência de “enclausuramento” gera um caráter negativo de auto segregação. O autor afirma que os sujeitos que vivem nesses ambientes acabam reproduzindo cidadãos avessos a uma sociabilidade contínua, isto por que:

Enquanto ambientes de socialização primária, os condomínios autosegregados são, ademais, estímulos à geração de anticidadãos, estreitando os horizontes, convivências de adolescentes e jovens e contribuindo para incluir em seu imaginário uma ideia de cidade que, de certo modo, significa a dissolução da cidade enquanto um espaço do encontro, ainda que esse encontro seja tenso e conflituoso (SOUZA, 2005, p. 207).

Na cidade da periferia social pobre existem grandes problemas sociais, sanitários e de saúde pública. São lugares sem infraestrutura urbana básica, muitos deles ocupados durante a década de noventa através de lutas coletivas pela terra para morar. As grandes contradições no espaço urbano de São Luís também são identificadas por Diniz (2007), quando afirma que eles são fruto de promessas socioeconômicas.

(..) os problemas urbanos de São Luís devem ser entendidos no âmbito de processos socioeconômicos e políticos abrangentes, os quais determinam a produção do espaço de uma cidade e refletem sobre a terra urbana a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais. (DINIZ, 2007, p. 179).

Evidentemente, estes espaços, identificados em São Luís, são territórios contraditórios. Dessa maneira, as formas atuais do espaço urbano da capital maranhense associam-se a metamorfoses urbanas que contribuem na produção e (re) produção dos territórios multifacetados, assim como em outras cidades brasileiras. Esse espaço é vivido por todos e envolve alguns indivíduos com mais relevância que outros. Para Sposito (2004), isso acontece por que:

(...) cada fração da cidade deve ser analisada em suas especificidades, mas, ao mesmo tempo compreendida em suas relações com outras frações do mesmo espaço urbano, e desses com outros espaços, relações estas estabelecidas por diferentes atores sociais. (SPOSITO, 2004, p.88).

De fato, estes diferentes contextos demarcam modos peculiares de acesso a terra e a moradia, assim como à infraestrutura e serviços urbanos. Afinal, a especulação imobiliária vem interferindo de maneira agressiva no processo de ocupação e expansão espacial da cidade, estabelecendo novos padrões de moradia (Figura 3). Dessa forma:

Os bairros da Ponta D'Areia e Renascença, áreas nobres, próximos à praia da Ponta da Areia e Lagoa da Jansen, nas quais desde o começo da década de 90, a dinâmica imobiliária tem se caracterizado pela construção de imóveis com linhas arquitetônicas de forte impacto visual e estético (SANTANA, 2003, p.225).

Estes imóveis são em sua maioria, prédios de apartamentos de alto padrão. Verdadeiros enclaves fortificados, controlados por mecanismos de segurança privada, adensados nos terrenos, que se concentram no metro quadrado mais caro da cidade. Nessas áreas, estão localizados os principais empreendimentos imobiliários, hoteleiros, bancários, educacionais e comerciais (SANTANA, 2003).

Na década de noventa, os loteamentos da periferia social expandiram-se. O fenômeno das ocupações irregulares torna-se comum. Cita-se nesse período as áreas que compreendem o Sol e Mar, Cidade Olímpica, Vila Cascavel dentre outras. Esses espaços fazem parte de uma dinâmica socioterritorial gigantesca que avança em todas as direções e mistura-se gradativamente aos outros municípios da ilha de São Luís (Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa), sem chegar a um limite definido (SANTANA, 2003). A mesma autora ressalta ainda que nessas localidades as moradias são construídas pelos próprios moradores. São áreas residenciais que podem atestar a

São Luís para Todos? O cadeirante nas múltiplas cidades da capital maranhense: o centro histórico

precária ação governamental na área da moradia e na produção e alocação dos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana (Foto 4).

Figura 3 - Área nobre do Bairro Ponta D'Areia em São Luís



Fonte: PortosMA. Disponível em: <http://www.portosma.com.br/saoluis/cidade_08.jpg>, Acesso em: 30 out, 2010.

Figura 4 - Área da periferia social do Coroadinho em São Luís



Fonte: CUNHA, H. W. A. P., 2010.

Nessa perspectiva é salutar destacar o que afirma Santos (2008, p.63) quando menciona que “morar na periferia é na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles são condenados a não dispor dos serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”.

Esse processo, segundo Resende (2004), torna-se excludente na medida em que privilegia interesses de grupos específicos e que geralmente estão ligados ao poder dominante e em muitos casos ao poder político, negando o completo exercício do direito à cidade a grupos ditos minoritários, entre este o da pessoa com deficiência, sendo o cadeirante um dos prejudicados na apropriação da cidade.

Diante da configuração urbana da cidade de São Luís e o número de pessoas com deficiência física na capital, elegemos algumas áreas da cidade para a compreensão de como o cadeirante percebe esses espaços; o Centro Histórico foi à área escolhida para essa análise.

Dessa forma, as transformações no espaço da cidade nos levam a refletir como o sujeito da pesquisa vive e se relaciona nesses lugares, expressam as suas emoções, lutas, dramas, vitórias no seu dia a dia. Retratamos também os deslocamentos diários realizados no transporte coletivo pelos sujeitos entrevistados e as barreiras encontradas por eles.

No próximo item, apresentamos características particulares dessa área, tais como sua gênese, a percepção do cadeirante em relação ao local de moradia e os aspectos de sociabilidade do cadeirante nesses locais.

O CADEIRANTE NAS MÚLTIPLAS CIDADES DA CAPITAL MARANHENSE: O CENTRO HISTÓRICO

A área em questão é uma referência histórica para a compreensão do processo de estruturação da capital maranhense. Em tempos passados, neste espaço as casas e os sobrados construídos refletiam o processo de enriquecimento das elites e o modo de viver dos mais abastados. Atualmente, é um lugar de representação que guarda elementos marcantes que se confundem com a história da cidade (SANTANA, 2007).

Lefebvre (2001) estabelece que nesses espaços, as cidades históricas, é possível identificar características atreladas ao consumo da atividade turística. Para o autor é possível perceber que nesses lugares:

“(…) a cidade, enquanto realidade acabada se decompõe. O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada. Como texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. (...) Assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Na compreensão desse mesmo entendimento, concordamos com Santana (2007), quando reitera que propostas de revitalização e preservação urbana buscam fazer com que práticas culturais e áreas citadinas, a exemplo dos centros antigos, encaixem-se no presente, ajudando a tornar possível a paisagem societal e urbana contemporânea na qual local e global confundem-se, sendo que tal estado de relações e condições históricas se associa a criação de imagens e desejos.

De acordo com Paiva (2009, p. 85) a área que compreende o Centro Histórico “estende-se para áreas adjacentes do núcleo primitivo da expansão urbana ocorrida nos séculos XVIII, XIX e início do século XX e abrange os bairros da Praia Grande, Centro, Apicum, Desterro, Madre Deus, Belira, Macaúba e Coréia”.

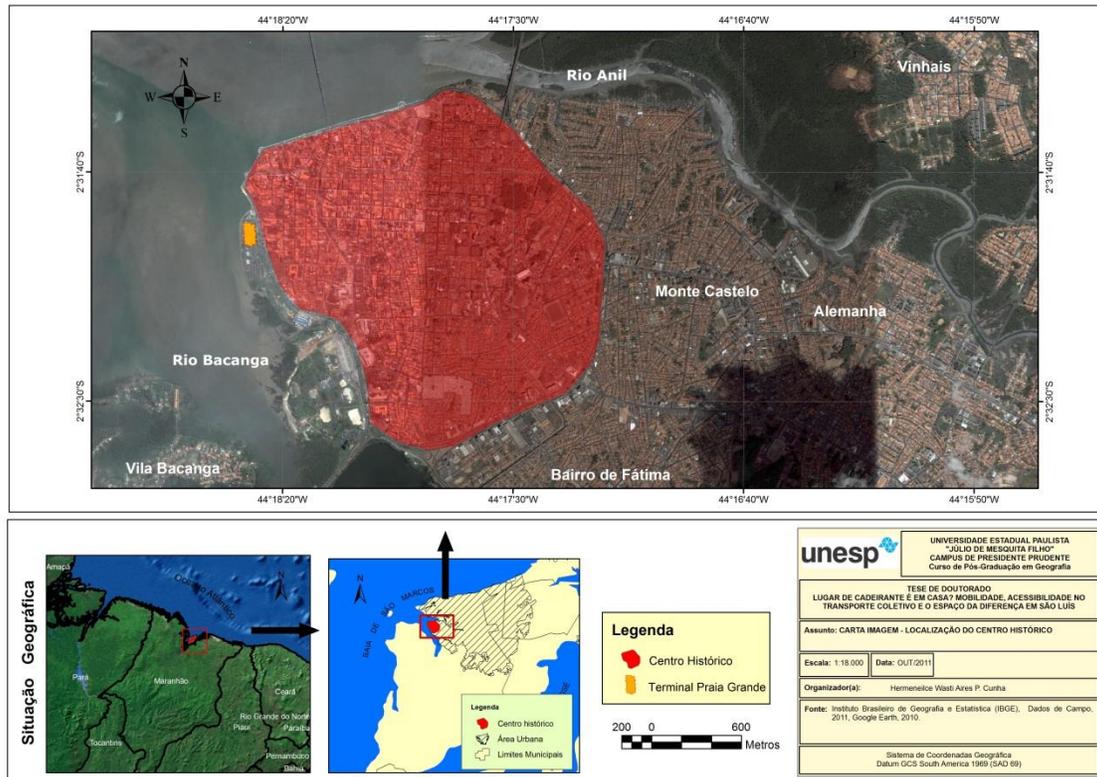
O Centro Histórico, por ser um lugar de grande movimento, é frequentado por diferentes sujeitos sociais: aposentados, vendedores ambulantes, flanelinhas, estudantes, funcionários públicos, turistas, dentre outros, evocando tipos de usos distintos. Durante o dia, é visível o transitar de funcionários públicos, turistas, estudantes e vendedores ambulantes. No período da noite, é frequentado por um grande número de pessoas que buscam esse espaço como lazer, em virtude de barzinhos que ali se localizam.

Nessa perspectiva, Silva e Silva (2010) destacam características próprias desse espaço, em especial no bairro da Praia Grande, quando descrevem que:

Na Praia Grande há ruas com maior concentração de bares, pousadas e boates refinadas, que por sua vez assumem uma postura elitizada através de preços exorbitantes e discriminação pelo poder aquisitivo. No que tange a configuração do espaço, há pessoas que pelo fato de não “combinarem” com o patrimônio cultural, são retiradas de circulação ou inibidas pelos seguros privados ou pelos próprios fiscais da prefeitura. É o caso dos vendedores ambulantes, pedintes, hippes, já que é quase impossível não ser abordado por alguns desses na estada da Praia Grande. (SILVA e SILVA, 2010, p. 101).

Com relação a sua localização, a área está situada na faixa costeira noroeste do município, na confluência dos rios Anil e Bacanga (Figura 5). A abrangência desse centro compreende o núcleo primitivo da cidade, no platô fronteiriço, a foz dos rios mencionados. Esse centro é circundado por uma via arterial primário de cerca de 8 km de extensão, denominada anel viário de São Luís, o qual se insere num quadrilátero de aproximadamente 2 km x 2 Km. (GONÇALVES, 2006).

Figura 5 - Localização do Centro Histórico



Org.: Hermeneilce Wasti Aires P. Cunha, 2011

Paiva (2009) destaca que na área onde está incrustado o Centro Histórico são visíveis os declives e aclives das ruas estreitas e sinuosas. Para a autora essa área foi,

Estabelecida em sítio urbano elevado e de topografia acidentada, São Luís é dotada de ladeiras, escadarias, pavimentação rugosa e irregular e passeios estreitos. O sítio onde está implantado o Centro Histórico é caracterizado por elevação de 25 metros (...) (PAIVA, 2009, p. 90).

O acervo arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico é constituído por 5.607 edificações. O sítio histórico está dividido legalmente pelo nível de proteção do acervo com as competências e atribuições legais quanto à preservação, manutenção e fiscalização dos poderes Municipal, Estadual e Federal (GONÇALVES, 2006).

A área sob proteção municipal está pautada no Plano Diretor Urbanístico de 1992 – Lei Municipal nº 2.352 de 29 de dezembro de 1992, que dividiu o centro da cidade em duas grandes zonas: ZPH – Zona de Preservação Histórica, que abrange áreas de proteção Estadual e Federal, e a ZPH2, que corresponde às áreas de entorno e preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino. A área sob proteção Estadual compreende 160 hectares, protegido pelo Decreto Estadual nº 10.089 de 6 de março de 1986, incluindo 4.629 imóveis de valor histórico e artístico (PAIVA, 2009).

Sob proteção Federal são 978 imóveis de valor histórico e paisagístico em 60 hectares, tombados em 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974 pelo Governo Federal, por meio do IPHAN. A área de Proteção Federal, que compreende o núcleo original da cidade, se caracteriza pela arquitetura tradicional portuguesa – conhecida popularmente como arquitetura colonial. A área de tombamento compreende os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, além das praças Benedito Leite e João Lisboa e o acervo arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias (BURNETT, 1999) (Mapa 1).

É nesse espaço da cidade, cheio de simbolismo, marcado por traços arquitetônicos fortes e preservados em quase quatrocentos anos de história que reside uma das nossas entrevistadas (Foto 5). Na área do Centro Histórico, o bairro que a cadeirante reside é o Desterro. Localizado próximo a um dos mais visitados pontos turísticos da cidade, o convento das Mercês.

As dificuldades nos percursos realizados por ela na área em questão são descritos como difíceis e que a cada dia precisam de superação.

(...) “Eu gosto de sair com os meus amigos, mas têm lugares que eu nunca visitei aqui no Centro Histórico, a Casa do Maranhão é um desses locais, o outro local é a casa de Nhozinho. Por que as pessoas que cuidem desses museus não colocam exemplares do que é exposto nos andares de cima nos locais que como eu outros cadeirantes possam visitar, ver, saber o que têm pra ser mostrado? Eu fico triste, na verdade no Centro Histórico é sempre difícil. Várias cadeiras já quebraram, a cadeira tem que ser empurrada inclinada, se não quebra ou então tem que ter cadeira de rodas com roda de

trator pra aguentar o tranco”. (...) **Cadeirante moradora do Centro Histórico.**

Mapa 1 - Mapa do Centro Histórico de São Luís com delimitação de áreas protegidas



Fonte: ANDRES, 1988.

Figura 6 - Casa da cadeirante e parte do percurso feito em cadeira de rodas



Fonte: CUNHA, H. W. A. P, 2011.

A Casa do Maranhão, citada na fala da cadeirante, é um museu folclórico de dois pavimentos que funciona em um antigo casarão no Centro Histórico. A casa de Nhozinho é também outro museu localizado na mesma área, em um prédio de três pavimentos. A entrevistada nos faz refletir que apesar do Centro Histórico apresentar espaços atraentes para os moradores de São Luís e também para turistas, nem todas as pessoas desfrutam desse local. O espaço não contempla de forma inclusiva a pessoa com deficiência física. Por ser uma área de preservação histórica, assegurar acessibilidade a esse espaço não é tarefa simples.

Existem, porém, elementos que podem facilitar tais intervenções. No olhar de Jester e Park (1993), a autonomia e a acessibilidade física em propriedades históricas podem ser conseguidas com planejamento cuidadoso e consulta a especialistas. Os autores recomendam identificar e executar modificações a partir de três premissas fundamentais: rever o significado histórico da propriedade e identificar as suas características, avaliar a propriedade existente e requerida ao nível de acessibilidade, além de avaliar as opções de acessibilidade dentro de um contexto histórico.

Além dos aspectos acima mencionados, vale ressaltar que a Instrução Normativa N 1 do IPHAN de 2003, estabelece diretrizes, critérios e recomendações para a promoção da acessibilidade em bens culturais para pessoas com deficiência. O documento em questão destaca que:

“Estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais, imóveis específicos nesta Instrução Normativa, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. (BRASIL, 2003, p. 1).

Nessa perspectiva, compreendemos que implementar a acessibilidade no Centro Histórico é possível a partir da adoção de medidas que visem assegurar as características dos monumentos e espaços históricos. Paiva (2009) estabelece que os prováveis equipamentos que devem ser locados em pontos estratégicos da edificação ou do espaço urbano de preservação histórica devam respeitar a forma e a integridade física do monumento caso esses equipamentos precisem ser retirados no futuro.

A autora ainda destaca a necessidade de equilibrar a acessibilidade e a preservação histórica quando pontua diretrizes e orientações para esses espaços. As soluções apontadas são rotas

acessíveis, adoção de rampas, instalação de elevadores, dentre outros. Dessa maneira será possível tornar esses espaços mais inclusivos.

Diante das observações destacadas, apresentaremos agora a cadeirante residente na área do Centro Histórico.

CADEIRANTE MORADORA DO CENTRO HISTÓRICO

“São Luís é o Patrimônio da Desumanidade”...
Cadeirante moradora do Centro Histórico.

A cadeirante moradora do Centro Histórico é universitária, concluindo curso de Pedagogia em uma universidade particular de São Luís. Trabalha em defesa dos direitos da pessoa com deficiência na Secretária da Mulher no Estado do Maranhão. Por ter visibilidade, ou seja, consciência do contexto social no qual vive, foi escolhida para ser uma das respondentes da pesquisa.

Nasceu na área do Centro Histórico, sempre morou ali com os pais e mais quatro irmãos. Segundo a entrevistada, o próprio pai foi o responsável pela construção da residência. O seu relato é assim descrito:

“O meu pai sempre foi muito trabalhador, ele mesmo construiu essa casa, pena que ele não desfrutou muito tempo dela, ele morreu não demorou muito, até hoje não sei direito o que aconteceu, eu era muito pequena e não lembro, aí fui criada pela minha mãe. Tenho mais três irmãos, mas só um mora aqui em São Luís, ele mora pertinho daqui, tem mais ou menos um ano que ele teve um derrame. Os meus outros dois irmãos moram em Brasília, no período das férias eles vem visitar a gente”.

A fala da entrevistada descreve uma infância e adolescência muito tranquila. Ela estudou em escola particular, e aos quatorze anos teve um problema de coluna que a obrigou a submeter-se a uma cirurgia para correção de escoliose, sendo que aos dezessete anos novamente recorreu à nova intervenção cirúrgica na coluna o que ocasionou sérios problemas mais tarde. Foi acometida de doença rara conhecida por fibrodisplasia ossificante progressiva (FOP)⁵. Segundo ela:

“Eu tinha um problema na coluna, e precisei corrigir uma escoliose aí tive que buscar ajuda em outro estado. Fui até Salvador na Bahia, na época eu

tinha quatorze anos, fiz a cirurgia, e voltei para São Luís, só que depois que eu fiz a cirurgia o médico disse que tinha feito uma besteira e que eu não poderia ter sido operada, mas eu não entendi porque ele disse isso. Depois de quatro anos fui para o hospital Sarah em Brasília, lá os médicos diagnosticaram que eu tinha doença genética a FOP, quem tem essa doença não pode fazer nenhum tipo de cirurgia porque ela vai se manifestar de uma forma intensa, a doença vai calcificando os ossos, é uma doença rara e me disseram que eu nunca deveria ter sido operada da coluna. Demorou pra cair à ficha, depois que eu entendi o que tinha acontecido”.

Cadeirante moradora do Centro Histórico.

Conseguimos o contato com a entrevistada através de uma ex-aluna do curso de Pós-Graduação da UEMA, que já a conhecia. A nossa conversa inicial para agendamento da entrevista aconteceu por intermédio do telefone e trocas de e-mails.

A entrevista foi marcada algumas vezes, mas por conta de desencontros de agendas tanto da pesquisadora como da entrevistada, não nos encontramos no período agendado. Depois de alguns desencontros, finalmente conseguimos a nossa primeira conversa no dia 22 de junho de 2010. É interessante observar que mesmo a cadeirante tendo várias dificuldades para movimentar-se pela cidade, as barreiras impostas pela doença não a impedem de ser atuante em várias atividades.

No dia marcado, chegamos com dez minutos de antecedência. Apresentei-me e conversei a respeito do trabalho que seria desenvolvido, ou seja, a pesquisa referente à pessoa com deficiência física e se de fato a entrevistada gostaria de participar. Em sinalização positiva da entrevistada em contribuir com o trabalho, fizemos em conjunto a leitura do Termo de Livre Consentimento e a sua permissão em contribuir com a pesquisa.

Na área do Centro Histórico, no bairro do Desterro tombado pelo Governo Federal a entrevistada reside. O grande aclave na entrada da sua residência e que precisa percorrer todos os dias, constitui-se em uma batalha diária pela apropriação do espaço do cidadão na cidade.

A residência não conta com adaptações expressivas, a não ser uma pequena rampa e alargamento da calçada que foi construída na entrada de casa para facilitar a sua entrada com a cadeira de rodas e mesmo a sua construção precisou da autorização do IPHAN por ser área de preservação histórica. Para facilitar o seu deslocamento no interior da casa, foram construídas pequenas rampas de um cômodo para o outro. A entrevistada precisa de forma contínua da ajuda de pessoas até mesmo para se locomover em sua residência, em detrimento da doença que a acometeu aos dezessete anos de idade (Fibrodysplasia Ossificante Progressiva).

“Depois que soube da doença eu entrei em depressão. Passei um bom tempo assim. Foi em 1980, até mais ou menos 88. Mas depois de oito anos eu resolvi viver, sabe a gente acaba perdendo muita coisa e começa a entender outras. Você pode calçar o meu sapato, vestir a minha roupa, mas a minha capacidade de pensar, de decidir o que é bom ou não ninguém vai tirar de mim”.

Cadeirante moradora do Centro Histórico

Atualmente na casa moram com ela, a mãe (já idosa), e uma pessoa que ajuda nas atividades domésticas. Por trabalhar e possuir salário, a cadeirante ajuda nas despesas do lar. Ela ainda conta com a ajuda de outra pessoa, que a acompanha em suas atividades diárias como levá-la para a faculdade e o trabalho.

“A G está há bastante tempo comigo, sempre me acompanhando para a faculdade, para o trabalho, pra todos os lugares, como a minha mãe já é de idade é ela que me ajuda. Como eu precisava ir para a faculdade todos os dias e era muito difícil, a diretora da faculdade deu uma bolsa de estudo para a minha acompanhante, ela faz o curso de pedagogia comigo, inclusive vai defender a monografia dela agora no final do ano”.

A cadeirante do Centro Histórico tem o seu dia bastante preenchido. Normalmente durante as manhãs fica em casa, trabalhando no computador, respondendo e-mails, estudando. Nos últimos meses, tem se dedicado a finalização de sua monografia de graduação. No período da tarde vai para o serviço e à noite para a faculdade. Aos finais de semana sai com amigos.

“Como já te falei eu gosto muito de sair com os meus amigos, eu tenho amigo cadeirante e também que não é cadeirante, gosto da companhia das pessoas e a gente sempre tem alguma coisa pra fazer. Gosto do Reviver, de ir à praia, tomar uma cervejinha, eu gosto é de me divertir” (...).

Cadeirante moradora do Centro Histórico.

Os seus deslocamentos diários pela cidade são realizados através do transporte coletivo, como ir ao trabalho e à faculdade. As distâncias para a Secretaria da Mulher (local do trabalho) e a faculdade são relativamente longas e em pontos opostos da cidade. Apesar das dificuldades e a distância isso não a impede de circular pela cidade no transporte público.

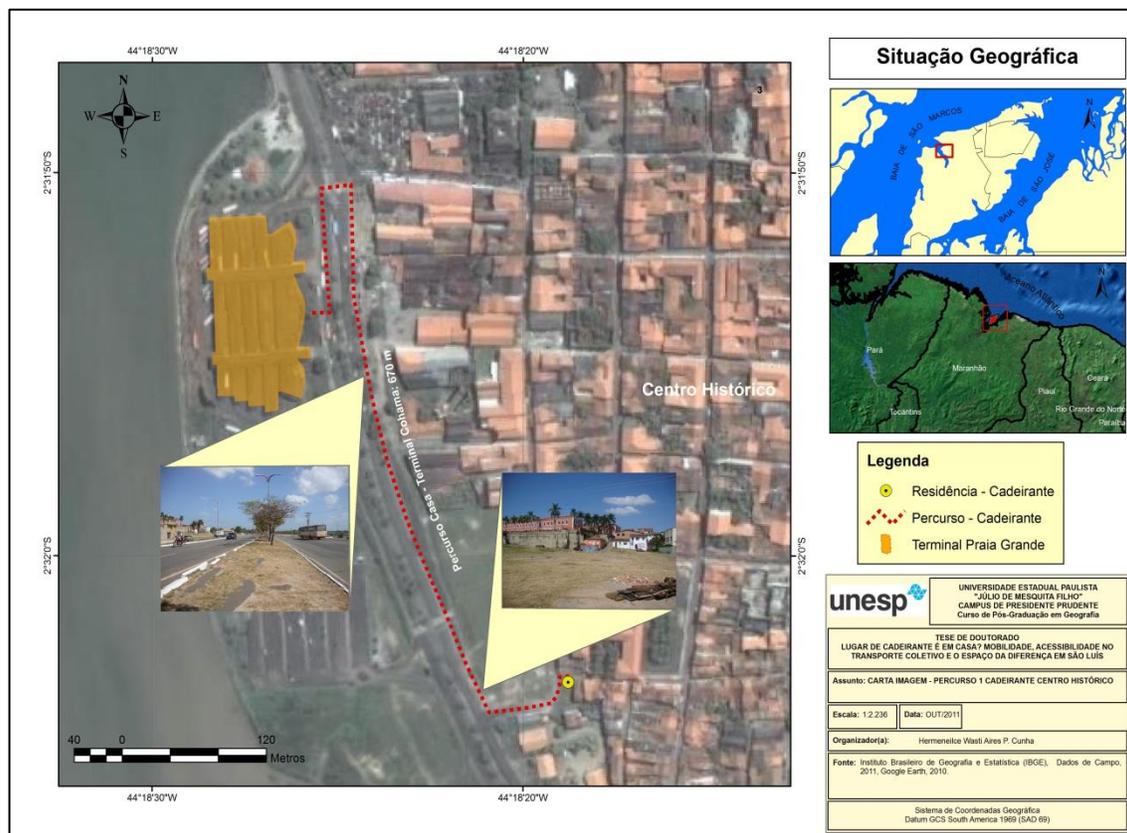
O trajeto realizado pela cadeirante todos os dias da sua residência até o terminal da integração da Praia Grande, o tempo gasto nesse percurso é de aproximadamente meia hora. O trajeto da sua residência até o terminal de ônibus é de aproximadamente 670 metros. Não é um percurso fácil, pois a cadeirante precisa atravessar duas avenidas movimentadas, além de enfrentar o

acive/declive que dá acesso a sua residência, outro problema enfrentado por ela é a inexistência de calçada da casa em que reside até o terminal da integração, dificultando o seu deslocamento que é realizado no meio fio. Esse problema gera riscos como é relatado pela mesma (Figura 7)

“Outro dia fui pegar o ônibus lá no terminal da Praia Grande e quase fui atropelada com a minha acompanhante, uma mulher passou com uma velocidade tão grande próximo a nós que eu senti a cadeira de rodas tremer. Como não tem calçada a gente faz o percurso é na avenida mesmo”.

No terminal, a cadeirante utiliza a linha de ônibus Praia Grande/Calhau para o trabalho, apenas um único ônibus faz esse percurso. E mais uma vez o inconveniente da demora causa um grande desconforto: “eu saio daqui da Praia Grande às duas horas e só chego lá na Secretaria uma hora depois”.

Figura 7 - Percurso realizado em cadeira de rodas pela cadeirante do Centro Histórico



Org.: CUNHA, H. W. A. P., 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a nossa pesquisa, em meados de 2008, resolvemos estudar aspectos referentes ao cotidiano da pessoa com deficiência física em São Luís. Nessa perspectiva escolhemos trabalhar com cadeirantes.

Nessa intenção, na perspectiva da pesquisa, cabia analisar e identificar quais eram as principais barreiras enfrentadas pelos cadeirantes na cidade de São Luís, de que forma elas limitavam a mobilidade e o direito à cidade e como a capital maranhense procura equacionar os problemas da acessibilidade e mobilidade do cadeirante nas múltiplas cidades percebidas em seu espaço, em especial, na área do Centro Histórico, nossa área objeto de estudo.

A opção pela pesquisa qualitativa, a partir da análise da história de vida da cadeirante moradora do Centro Histórico nos permitiu compreender e identificar as dificuldades diárias enfrentadas pela entrevistada. O relato, que a nós foi confiado, recebemos como referência às lutas e dificuldades da deficiência física, um desafio à apropriação da cidade de São Luís.

Foram várias as constatações ao longo desse tempo, entre elas, identificamos que na capital maranhense há multiplicidade de espaços diferenciados, o que se constitui em uma complexidade para a questão principal deste trabalho.

São Luís reproduz as desigualdades das cidades capitalistas que têm como consequência o processo de segregação e fragmentação.

É possível encontrar, no Centro Histórico inúmeras barreiras arquitetônicas, que dificultam a mobilidade espacial do cadeirante. Como exemplo podem ser destacadas calçadas ocupadas por vendedores ambulantes e veículos particulares, guias não rebaixadas, rampas muito inclinadas ou inexistentes, ruas cheias de buracos.

As conquistas alcançadas pelos cadeirantes ainda são incipientes perto da magnitude dos problemas vivenciados diariamente por eles. Nesse sentido, concordamos com Lefebvre (2001) quando evidencia que em face ao direito ou pseudodireito, o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência.

Dessa forma, faz-se urgente a adoção de medidas necessárias para a elaboração de políticas públicas direcionadas à equalização de uma cidade em que o cadeirante possa também ter direito a ela.

REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Luís Phelipe de C. Castro. **Centro Histórico de São Luís – MA: Patrimônio Mundial.** São Paulo: Audichromo Editora, 1988.

ARAÚJO JÚNIOR, Cyrillo Rodrigues de. et al. Fibrodisplasia ossificante progressiva: relato de caso e achados radiográficos. **Radiologia Brasileira**, São Paulo, v. 38, n. 1, jan./feb. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-39842005000100014&script=sci_arttext> Acesso em: 6 out. 2010.

BRASIL. Decreto nº 4665, de 3 de abril de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério das Cidades, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, D. F., 3 abr. 2003. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4665-3-abril-2003-496239-norma-pe.html>> Acesso em: 05 set. 2010.

BORN, Cláudia. Gênero, Trajetória de Vida e a Biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 240-265, jan./jun. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100011> Acesso em: 10 out. 2010.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e Desenvolvimento Sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Ed. UEMA, 2008.

_____. Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 3, 1999, Santiago. **Anais...** Santiago: Lista de Contribuições, 1999. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sem3/contribution/BURNETTcohtm>> Acesso em: 17 nov. 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CORREIA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 5, n. 1, jul. 2007.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. Uma interpretação geográfica para São Luís. **Revista GEOUSP**, São Paulo, n. 7, p. 51-58, 2000.

GAULEJAC, Vicente de. **La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial e harcèlement social**. Paris: Seuil, 2005.

JESTE, Thomas; PARK, Sharon. **Making Historic Properties Accessible**. Technical Preservation Services (TPS) Division, National Park Service, AIA, 1993. Disponível em: <<http://www.nps.gov/history/hpp/brief32.htm>> Acesso em: 15 jul. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Garapuava-PR**. 2008. 338f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PAIVA, Ellayne Kelly Gama de. **Acessibilidade e preservação em sítios históricos:** o caso de São Luís do Maranhão. 2009. 177f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

PORTO, Iris Maria Ribeiro. A cidade de São Luís no olhar da criança: uma representação pelo desenho. In: CASTRO, Cláudio Eduardo de; PORTO, Iris Maria Ribeiro (Orgs.). **Abordagens geográficas da multiplicidade dos espaços maranhenses.** São Luís: Editora Uema, 2010

¹ Geógrafa. Doutora em Geografia pela UNESP. Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: wasti_uma@yahoo.com.br

² Geógrafo. Doutor em Geografia pela USP. Livre-docência pela Faculdade de Saúde Pública – USP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UNESP/Presidente Prudente. E-mail: raul@fct.unesp.br

³ Para POSTAL, (S/D) o uso do termo empregado para designar o usuário de cadeiras de rodas é um neologismo, visto que a quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – elaborado pela Academia Brasileira de Letras em 2009 já registra esse vocábulo na página 143, classificando-o como adjetivo e substantivo de dois gêneros. Para o autor, observa-se que o eufemismo cadeirante vem suplementando o vocabulário paralítico, cujo campo conceitual abrange as ideias de estagnação, imobilidade, inércia e invalidez. O sufixo – *nte*, quando acrescido de um tema verbal, designa ação. Assim aquele que executa a ação de andar é andante, aquele que executa a ação de pedir é pedinte, aquele que executa a ação de ouvir é ouvinte. Dessa maneira a forma linguística cadeirante traz em si a ideia de movimento, remetendo a uma ideia de deficiente em atividade.

⁴ Não é objetivo do presente trabalho uma reflexão mais aprofundada sobre o debate da diferenciação centro/centralidade/centro expandido/periferia, visto que o tema em questão é profundo. Todavia autores consagrados como Villaça (1988), Serpa (2007), Santos (2008) norteiam a distinção dos termos. A nossa intenção é apresentar os espaços de moradia dos entrevistados que residem em áreas diferenciadas de São Luís.

⁵ A fibrodysplasia ossificante progressiva (FOP) é uma doença genética, rara do tecido conjuntivo, caracterizada por ossificação disseminada em tecidos moles e alterações congênicas nas extremidades. O doente geralmente apresenta ossificação progressiva do tecido conjuntivo que causa uma limitação crescente da mobilidade osteoarticular, afetando principalmente a coluna vertebral, ombros, quadril e articulações periféricas. Sua prevalência é de 0,61 caso por um milhão de habitante. (ARAÚJO JÚNIOR, et al, 2005).